

## **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77/2018 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA COM A ELABORAÇÃO DE UM NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**

Que fazem o **MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua José Cañellas, nº 258, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 87.612.917/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ ALBERTO PANOSSO**, brasileiro, casado, doravante denominado **MUNICÍPIO CONTRATANTE** e **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS - FUNDATEC**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, na Rua Prof. Cristiano Fischer, Bairro Partenon,, inscrita no CNPJ sob o nº 87.878.476/0001-08, neste ato representado por seu presidente Sr. **CARLOS HENRIQUE DA CUNHA CASTRO**, brasileiro, portador do CPF sob o nº 250.531.320-20 e da cédula de identidade civil sob o nº 3002423758, doravante denominada **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA REGÊNCIA**

O presente contrato administrativo rege-se-á, pelas normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo como base a Dispensa de Licitação nº 22/2018, Processo Administrativo nº 58/2018.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

**2.1.** contratação de empresa para atualização da legislação tributária com a elaboração de um Novo Código Tributário Municipal, no qual consiste em:

- Introduzir, na base de legislação municipal, um novo Código Tributário Municipal, construído à luz da estrutura do Código Tributário Nacional, objetivando otimizar o uso e a consulta dos conceitos e regramentos tributários afetos ao interesse do Município.
- Proceder a uma avaliação personalizada objetivando, em médio prazo, aumentar significativamente as receitas municipais próprias e proporcionar maior autonomia do Município em relação às receitas de transferência além de maior segurança ao servidor e à população.
- Propiciar uma visualização sistêmica de grande parte dos institutos que integram àquele Diploma Legal, sabidamente, de índole nacional, contribuindo para superação das dificuldades na aplicação, interpretação e obediência da legislação tributária municipal, em face das inúmeras alterações legislativas, desde a edição do Código Tributário Municipal vigente.
- Atualizar e dinamizar o sistema tributário, além de avançar na busca de recursos necessários para atender às demandas da sociedade.
- Inserir conceitos e atribuições de órgãos setorializados da Administração Municipal.
- Normatizar o Processo Contencioso Administrativo Tributário, com ênfase nas principais disposições legais atinentes à segurança jurídica dos atos processuais na defesa dos interesses do Município e dos contribuintes.
- Reunir, em um único diploma legal muitos temas, dantes tratados por simples regulamentos, objetivando aumentar a disciplina e o poder coercitivo de determinados procedimentos, geralmente ignorados pelos municípios, porque inseridos ou em normas de menor hierarquia, ou previstos em legislação esparsa.

- Promover a alteração de disposições derogadas por novos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, considerando que desde a edição do atual diploma tributário municipal até os dias atuais, foram muitos os acontecimentos sociais que repercutiram no mundo jurídico, em especial, na seara tributária.

- Alocar em destaque no novo diploma legal:

- Todo o elenco tributário municipal;
- Todas as possibilidades de isenções em matéria tributária;
- As obrigações tributárias principais e acessórias dos contribuintes;
- As rotinas afetas à fiscalização tributária;
- A forma pela qual serão feitos lançamentos de créditos tributários e sua cobrança;
- O processo administrativo tributário;
- A forma de inscrição de créditos tributários em dívida ativa e as providências administrativas necessárias para a promoção de execução fiscal.
- Regras para um Cadastro de Contribuintes informatizado, para expedição de Notas Fiscais Eletrônicas (NFS-e) e, especialmente, considerando as atividades desenvolvidas pelos contribuintes municipais, regras para substituição tributária.
- Novas ferramentas para tornar mais efetiva a cobrança da dívida ativa municipal

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de **R\$ 31.597,00 (trinta e um mil quinhentos e noventa e sete reais)**.

**3.2.** O pagamento será realizado em **03 (três) parcelas** e mediante o recebimento da Nota Fiscal devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento.

**3.3.** Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos serviços prestados ou implicará em sua aceitação.

**3.4.** Deverá a(s) empresa(s) vencedora(s), apresentar o número da conta bancária para pagamento.

**3.5.** A nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Contrato Administrativo, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do(s) bem(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato será **até 31 de maio de 2018**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93, se houver interesse do município

### **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os preços contratados são fixos e irrealizáveis.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA**

A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta dos seguintes códigos e rubricas:

Projeto/Despesa	Há Previsão
2014  3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR.	Sim

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

#### **7.1. Constituem responsabilidades da CONTRATADA:**

**a)** A contratada deverá cuidar da segurança de seu pessoal empregado na execução do contrato, obedecendo aos requisitos legais pertinentes, ficando a contratante e seus prepostos, isentos de qualquer responsabilidade com relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes da prestação dos serviços, sejam eles de natureza civil ou criminal.

- b) A contratada responderá por danos, dolosa ou culposamente causada à contratante, a seus servidores ou a terceiros, na execução do fornecimento e pela má qualidade do objeto entregue, com exclusão da Contratante de seus efeitos, para todos os fins de efeitos, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação dos serviços, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990).
- d) Comunicar por escrito a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- e) Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado.
- f) Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas.
- g) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% do valor contratado inicialmente.
- h) elaboração de relatório das atividades desenvolvidas
- i) desenvolver e implementar o objeto através de seu quadro técnico e funcional.
- J) dedicar-se ao projeto até sua efetiva conclusão dentro dos padrões de qualidade e excelência

#### 7.2. Constituem responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades encontradas nos serviços prestados para que sejam refeitos.
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelo fornecedor.
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva prestação dos serviços e o seu aceite.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penas de natureza civil (cláusula penal), compensatórias das perdas e danos sofridas pela Administração, conforme art. 408 e ss, do Código Civil, e Administrativa, nos moldes do art. 87, da Lei nº 8.666/93:

- a) São aplicáveis ao presente contrato, inclusive, as Sanções Administrativas estabelecidas nos artigos 86 a 88 e sanções penais estabelecidas nos artigos 89 a 99 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como as disposições do Código de Defesa do Consumidor.
- b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do contrato;*
- c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- e) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- f) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 15% sobre o valor atualizado do contrato;*

**g)** causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

A penalidade de multa será aplicada ainda nas seguintes hipóteses e percentuais:

**I)** Por atraso na prestação dos serviços: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da quantidade entregue fora do prazo, até o limite de 15 (quinze) dias corridos. Do 16º dia em diante poderá ser considerada inexecução do contrato;

**II)** O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. À critério da Administração Municipal e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo;

**III)** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor total da proposta.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

O presente Contrato é regido em todos os seus termos pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a qual terá sua aplicabilidade, também nos casos omissos.

#### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

O MUNICÍPIO CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos artigos 78, inciso I a XII, da Lei 8.666/93, sem que caiba o Contratado o direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

Parágrafo Único: o presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, nos casos de:

**a)** Falência ou liquidação da CONTRATADA;

**b)** Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do contrato;

**c)** Transferência a outrem, no todo ou em parte as obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do Município;

**d)** Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;

**e)** Procedimentos irregulares da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município e/ou terceiros;

A rescisão do contrato unilateralmente pelo Município acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

**I)** Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio do Município, mediante a lavratura de termo circunstanciado;

**II)** Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados ao Município;

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1.** A fiscalização será realizada pela Secretária Municipal da Fazenda, ou por servidor devidamente designado para esta função.

**10.2.** Os serviços prestados serão examinados(s) /conferido(s) para fins de verificação de sua compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo quantidade e qualidade. Em caso de não aceitação, fica a contratada obrigada a substituí-los, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação formal da contratante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Frederico Westphalen para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em três vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Frederico Westphalen (RS), 21 de fevereiro de 2018.

**JOSÉ ALBERTO PANOSSO**

Prefeito Municipal  
Município Contratante

**CARLOS HENRIQUE DA CUNHA CASTRO**  
**FUND. UNIVER. EMP.TEC. E CIÊNCIAS -FUNDATEC**  
Contratada

Testemunhas:

Elisandra N dos Santos \_\_\_\_\_

CPF: 973.655.050-87

Diane Freo Mazzutti: \_\_\_\_\_

CPF: 010.633.990-76